



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681161 - PI (2021/0225026-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : JONATHAS DE CERQUEIRA CASTRO E OUTRO
ADVOGADOS : IRACEMA RAMOS FARIAS - PI006639
JONATHAS DE CERQUEIRA CASTRO - PI019611
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : KLEITON DE ASSIS DAMASCENO SOUSA (PRESO)
CORRÉU : MOISES LIMA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLEITON DE ASSIS DAMASCENO SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (*Habeas Corpus Criminal* n. 0752813-53.2021.8.18.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de homicídio tentado.

Os impetrantes sustentam ausência de fundamentação idônea na decisão que converteu a prisão em flagrante na custódia preventiva.

Requerem, lim inarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugnam pela confirmação da ordem, revogando-se a prisão preventiva ou que sejam determinadas outras medidas do art.319 do CPP, especialmente a concessão de liberdade vigiada por meio de tornozeleira eletrônica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente